

GUIA DE TRANSIÇÃO DA

REFORMA TRIBUTÁRIA

VALIDAÇÃO XMLS ENTRADA

VALIDAÇÃO XMLS ENTRADA

GUIA DE TRANSIÇÃO DA
**REFORMA
TRIBUTÁRIA**

São Paulo, Junho 2026



SÉRIE REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Guia de Sensibilização · 9 de 18

CAPACITAÇÃO EXECUTIVA · XML · NF-E · CRÉDITO IBS/CBS

XML ERRADO = CRÉDITO QUESTIONADO.

Com a nova regra de crédito vinculado ao pagamento, validar os XMLs recebidos deixou de ser rotina fiscal — é gestão de crédito tributário.

O QUE É

Todo documento fiscal eletrônico tem um arquivo XML que é a **fonte oficial dos créditos tributários**. Com o IBS e a CBS, o crédito depende não apenas da nota válida, mas da **correção dos campos** (CST-IBS/CBS, cClassTrib, alíquotas, valores) e da **extinção do débito do fornecedor**. A assinatura digital garante autenticidade — não garante que o conteúdo está correto. **A responsabilidade é do comprador.**

BLOCO 01

O QUE MUDA

- **Crédito condicionado ao XML correto:** erros nos campos de IBS/CBS podem invalidar o crédito — mesmo com nota autorizada.
- **Novos campos a validar:** CST-IBS/CBS e cClassTrib (além de NCM, CFOP e CST já existentes) precisam estar corretos por operação.
- **Status de extinção do débito:** quando disponível via split payment, confirmar se o débito do fornecedor foi extinto antes de registrar o crédito.
- **Fluxo muda:** validação precisa ocorrer antes da entrada do documento no sistema — não depois do registro.
- **Fornecedores com erros frequentes:** identificar e comunicar; notas com erros não corrigidas geram crédito indevido que pode ser exigido com juros e multa.

BLOCO 02

POR QUE IMPORTA PARA A INDÚSTRIA

Créditos de IBS/CBS baseados em XMLs com erros podem ser glosados em auditoria — exigindo pagamento retroativo com juros e multa.

Em operações de alto volume, a perda de créditos não validados representa valores significativos. Uma rotina sistemática é o que garante que nenhum crédito legítimo seja perdido.

O ERP pode fazer a validação automaticamente (rejeitando XMLs inconsistentes). Sem esse recurso, o processo manual com checklist é o mínimo necessário.

MENSAGEM-CHAVE

A validação de XML deixou de ser tarefa administrativa. É gestão de crédito — e o fisco não aceita como desculpa que a nota foi “autorizada”.

SÉRIE REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Guia de Sensibilização · 9 de 18

O QUE FAZER AGORA

ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO DA ROTINA DE VALIDAÇÃO

● AGORA

DIAGNÓSTICO

Mapear como a validação de XMLs é feita hoje e quem a realiza.

● SEMANA 2

CHECKLIST

Criar checklist com os campos críticos: CNPJ, NCM, CST-IBS/CBS, cClassTrib, alíquotas, status da nota.

30 DIAS

CAPACITAÇÃO

Treinar a equipe fiscal para identificar erros nos campos de IBS/CBS nas notas recebidas..

● 60 DIAS

AUTOMAÇÃO

Implantar ou contratar módulo de **validação automática** de XMLs no ERP.

● CONTÍNUO

MONITORAMENTO

Medir % de XMLs rejeitados por mês e identificar **fornecedores recorrentes**.

E PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL?

A orientação é a mesma da regra geral. Para empresas do Simples que optarem pelo regime regular de IBS/CBS (Resolução CGSN nº 186/2026), a validação dos XMLs recebidos é igualmente crítica — define os créditos que a própria empresa poderá aproveitar nas compras.

Um ponto específico: ao comprar de optante do Simples sem opção pelo regime híbrido, o crédito de IBS/CBS do comprador é proporcional ao IBS/CBS embutido no DAS, não ao destacado como no regime regular. O XML precisa refletir essa situação corretamente.

Cuidado: não registre o crédito no sistema sem validar o XML. A validação precisa ser anterior ao registro — não posterior.

O QUE FAZER AGORA

- Mapear como a validação de XMLs é feita hoje e quem a realiza.
- Criar checklist de validação manual para uso imediato pela equipe fiscal.
- Incluir no checklist: CNPJ, NCM, CST-IBS/CBS, cClassTrib, alíquotas, valor calculado e status da nota.
- Verificar se o ERP faz validação automática ou se o processo é manual.
- Capacitar a equipe sobre os campos críticos de IBS/CBS.
- Implantar ou contratar módulo de validação automática de XMLs.
- Atualizar o checklist conforme novas versões da NT 2025.002 forem publicadas.

ATENÇÃO

- A assinatura digital garante autenticidade do documento, não a correção dos valores e campos tributários.
- Documento autorizado pela SEFAZ pode ter erros de conteúdo que serão questionados pelo fisco em auditoria.
- Erros em CST-IBS/CBS ou cClassTrib afetam o cálculo do crédito e podem gerar glosas retroativas.
- Notas com erros não corrigidas geram crédito indevido — que pode ser exigido com juros e multa.

X ERROS A EVITAR

1. Registrar o crédito no sistema sem validar o XML.
2. Confiar apenas na assinatura digital como prova de validade do conteúdo.
3. Não comunicar o fornecedor quando há erro na nota.
4. Fazer a validação depois do registro — precisa ser antes.

PRÓXIMO PASSO RECOMENDADO

Esta semana: mapeie como a validação é feita hoje e quem a realiza. Próxima semana: crie o checklist com os campos críticos e apresente para a equipe fiscal. A validação de XML é a última linha de defesa antes de perder um crédito legítimo.

